

ATA DA 10ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2013, às 10:30 horas, na Agência do Trabalhador, no município de Ortigueira, reuniram-se as seguintes instituições: CECS, COPEL, HABITUS, IPHAN, MPF, IAP, COPATI, Associação Salto Mauá, Prefeitura Municipal de Ortigueira e a Empresa ECAARQ, responsável pela Carta Arqueológica. Iniciando os trabalhos, a coordenadora da CT pediu que fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, e apresentou os pontos que estavam pendentes e informou sobre os encaminhamentos.

Jacira apresenta breve histórico sobre os fatos que levaram a assinatura do TAC e o documento.

Foi solicitada a apresentação do mapa da Mesorregião Centrooriental do estado do Paraná no site.

Sr. Everson se manifesta reclamando que não foi consultado para formação de preço da licitação para desenvolvimento da Carta Arqueológica, menciona que tentou cancelar o edital por inexecutabilidade e foi indeferido pela Copel. Reclama ainda que com o valor estipulado o trabalho não será de qualidade. Jacira explica que a licitação não foi deserta e teve a participação de algumas empresas e Sr. Carlos ressalta que quem avaliará a qualidade do trabalho é o IPHAN.

Sr. Carlos apresenta a proposta de instalação do museu e a necessidade de aguardar avaliação do acervo para definir a necessidade da criação de um museu e onde será instalado.

Sr. Daniel se manifesta solicitando que o museu seja instalado em Ortigueira porque os materiais arqueológicos pertenceram aos índios e pelas aldeias dos índios estarem no município. Sr. Alessandra explica que os acervos de cada município poderão ficar nos mesmos.

Sr. Carlos manifesta a importância da avaliação dos acervos de fauna, flora e arqueologia.

Foi ressaltada a importância de agilizar alguns procedimentos como os trabalhos com o Professor Blasi que já tem idade avançada

Dr. Akira ressalta o atraso do cronograma do TAC, questiona a perspectiva de tempo e fluxo de informações ao MPF. Solicita ajuste geral no cronograma do TAC com definição de novos prazos para as contratações.

Sra. Jacira explica que a finalização alguns programas influenciam na realização de algumas propostas do TAC.

Sr. Everson explica que o levantamento do material arqueológico não atrasará a criação do museu, o que precisa é uma definição de onde e o que vai constar no Museu.

Sr^a Jacira explica que o processo de criação do Museu tem sido realizado paralelamente ao levantamento arqueológico.

Sr. Everson sugere que seja realizado um pré-projeto sobre o que vai ser alocado no museu.

Sra. Alessandra ressalta que cada município tem seu material e sua história e que primeiro deve ser realizado levantamento nas secretarias de cultura.

Dr. Akira diz que é muito prematuro definir onde fica o museu antes da Carta Arqueológica. Muito mais importante é pensar em como esses processos podem contribuir para produção permanente de pesquisa e conhecimento sobre o Patrimônio Cultural da região.

Foi discutido que o Museu de Território deve funcionar como núcleos de pesquisa, fazer integração dos espaços já existentes nos 14 municípios da Mesorregião, como em Castro, Carambeí e outros locais que funcionam como Museu ou Casa de Cultura. Foi ressaltado que o TAC reformula o PBA num conceito de amplitude e geração de

conhecimento, que a Curadoria articula as questões pontualmente. E que deve buscar instalar o Museu num local onde haja contrapartida da prefeitura para manutenção e integração com escolas e universidades.

Sra. Sandra inicia apresentação do Programa de Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico.

IAP solicita que as apresentações sejam disponibilizadas no site juntamente com a ATA.

Sr. Everson apresenta o Programa de Arqueologia.

Sra. Alessandra expõe preocupação na continuidade no monitoramento arqueológico junto à área de depleção do reservatório, com a possível exposição de novas peças e sugere que seja contratada a mesma equipe que realizou o resgate por conta da continuidade da pesquisa e da portaria.

Dr. Akira sugere fazer Seminário Científico com os resultados dos Programas e do TAC e um Workshop sobre o Museu de Território, o quanto antes. Sr^a Jacira sugere que seja criado um grupo de trabalho para tratar do assunto museu e trazer um profissional da área museológica para explanar o tema e apresentar todas as demandas para a implantação e operação de um museu.

Com relação ao Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social com os Indígenas, Sr. Everson questiona o número de cópias contratadas e a questão dos direitos autorais de imagem dos indígenas. Dr. Akira esclarece que a questão do direito de imagem tem que ser requerida pela empresa que realizou o material gráfico, ou seja, a própria Habitus, e que devem ser incluídos os respectivos autores indígenas nos créditos de autoria e não apenas a autoria coletiva de cada TI.

Sr. Everson solicitou que conste na ata que o material está pronto e que a tiragem do material depende da autorização do direito de imagem e autoria que tem que ser conseguido pela Habitus. Dr. Akira solicita que o material seja disponibilizado para as Terras Indígenas avaliarem e depois, que a Habitus recolha as sugestões antes da impressão do material. E que seja produzida a quantidade contratada e num segundo momento que se negocie com a Copel novas impressões.

Fica deliberado que, se houver ganho financeiro, com a comercialização das cartilhas, somente os indígenas que devem ser beneficiados.

Sr. Everson propõe a primeira quinzena de agosto para apresentação do material e solicitação de autorização para divulgação. Foi sugerido que se faça a reunião junto com o comitê gestor do PBA Indígena.

Sr. Divonei solicita que o museu seja instalado em Ortigueira para mitigar os impactos.

Para a 11^a Reunião, foi sugerida a data de 03 de setembro de 2013, às 10:30hs.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu, Marcelo Faria Cardoso, secretário "*ad hoc*", lavrei a presente ata.